



**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1 /2025**

**Altera o art. 78-A da Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011 referente ao Banco de Horas dos servidores sujeitos a controle de frequência.**

**ELVIS LEONARDO CEZAR**, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O art. 78-A da Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 78-A. ....

I - O banco de horas positivo ou negativo possui vigência anual e deverá ser gozado ou normalizado até o último dia de cada ano, e, excepcionalmente, por razões de interesse público, nos casos expressamente autorizados pelo Secretário Municipal da Pasta, até o dia 31 de janeiro do ano seguinte, sendo que a ausência de sugestão de programação do servidor para o gozo do saldo positivo, com a devida anuência prévia da respectiva Chefia Imediata e do Secretário Municipal da Pasta, importará na determinação pelo mesmos de gozo em dia e/ou período de forma compulsória pelo servidor visando ao interesse público, bem como, a ausência de normalização do saldo negativo importará no desconto salarial do correspondente saldo, na forma do art. 58 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o saldo de banco de horas positivo e negativo referente ao ano de 2024 poderá ser regularizado até 31 de dezembro de 2025.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Parnaíba, 21 de fevereiro de 2025.

**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

**TRAIZA CALVITTI**  
Cleg

RECEBUEMOS SANTANA DE PARNAIBA 21/FEV/2025 15:00:00 12



**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

**MENSAGEM Nº 008/2025**

Santana de Parnaíba, 21 de fevereiro de 2025.

Exmo. Senhor Presidente,

Permito-me remeter a Vossa Excelência, para a apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar que visa alterar a Lei Complementar nº 34, de 25 de maio de 2011, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana de Parnaíba.

O presente Projeto de Lei Complementar intenta, em seu cerne, alterar o artigo 78-A do Estatuto que dispõe sobre o Banco de Horas dos servidores sujeitos a controle de frequência, com a finalidade de prever regras específicas quanto à normalização de saldos – negativo e positivo – de banco de horas dos servidores em cada ano e, em relação ao saldo referente ao ano de 2024, prever a possibilidade excepcional de gozo ou regularização até 31 de dezembro de 2025.

Em relação à competência para apresentar proposta legislativa acerca do tema, disciplina a Lei Orgânica deste Município, em seus arts. 47, §1º, IV, e 54, VIII, bem como o Regimento Interno da Câmara desta Municipalidade, em seu art. 200, I, as hipóteses em que a iniciativa legislativa compete privativamente ao Chefe do Executivo.

A propositura em análise se refere ao Banco de Horas dos Servidores Municipais, e, nessas circunstâncias a iniciativa do processo legislativo é constitucionalmente privativa do Prefeito, inexistindo, desta forma, inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) orgânica subjetiva na apresentação deste Projeto de Lei.

O objetivo lançado concerne a questão afeta aos servidores do Município, não se constatando inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica) orgânica objetiva, por não invadir competência assegurada constitucionalmente a outros entes federados, mas sim exercício regular de competência constitucionalmente prevista.

Em relação à constitucionalidade formal propriamente dita, que consiste na observância do procedimento estabelecido pela Constituição para a criação/aprovação da norma, o instrumento escolhido para esta proposição – Lei Complementar – se coaduna com as determinações constitucionais, visto que visa alterar uma outra Lei Complementar, sendo inafastável a necessidade de se seguir a mesma espécie normativa.

Estes são, em apertada síntese, os motivos que ensejam a apresentação do presente Projeto, os quais, espero, sejam suficientes para embasar a análise a ser procedida pela Colenda Edilidade, culminando com a integral aprovação da matéria.

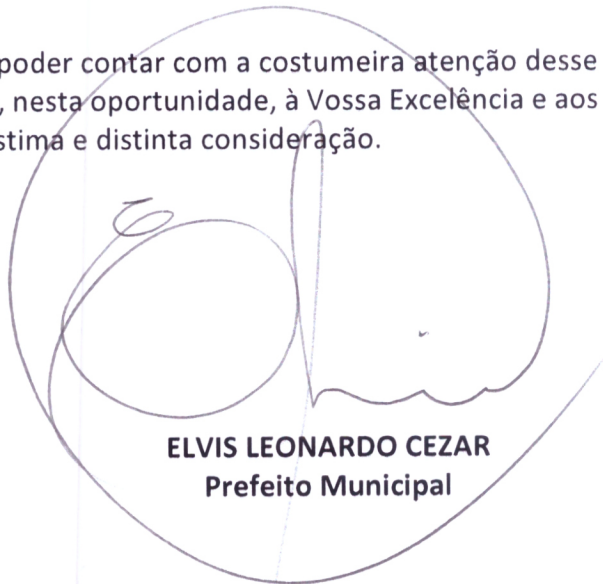


**PREFEITURA DE  
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

Em razão do exposto, e ao ensejo, também solicito a Vossa Excelência, como Presidente dessa Colenda Casa, que o presente projeto seja apreciado pelos Nobres Vereadores em regime de urgência, conforme permite o artigo 43, § 1º, da nossa Carta Municipal.

Na certeza de poder contar com a costumeira atenção desse Douto Colegiado, subscrevo-me, reiterando, nesta oportunidade, à Vossa Excelência e aos Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.



**ELVIS LEONARDO CEZAR**  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo(a) Senhor(a)  
**JOSÉ HUGO DA SILVA**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
**SANTANA DE PARNAÍBA (SP).**